

Senado pode votar ainda este ano fundo contra a violência

Proposta de emenda constitucional cria mecanismo para financiar medidas que melhorem o nível de segurança pública, além de custear o apoio às vítimas da violência. Pelo menos R\$ 3 bilhões seriam destinados anualmente



PMs do Rio em unidade de polícia pacificadora: fundo destina recursos ao apoio emergencial e permanente das vítimas de violência e dos agentes envolvidos

Marcello Casal Jr/ABr

Até o final do ano, o Plenário do Senado deve votar a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. A informação é do presidente do Senado, José Sarney. A proposta de emenda constitucional (PEC

5/07) foi uma das últimas medidas sugeridas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007).

O fundo seria administrado por um conselho consultivo (com representantes da sociedade) e poderia custear ações preventi-

vas e investigativas, além de destinar recursos para socorrer em caráter emergencial e permanente vítimas de violência e policiais envolvidos com o combate à criminalidade. Por ano, o fundo contaria com não menos que R\$ 3 bilhões. **3**

Indicação de presidente do BC será votada amanhã **2**

Novo debate para projeto das TVs por assinatura **4**



7 a 9 de dezembro de 2010 - Senado Federal
www.senado.gov.br/semanadevalorizacao

Uma semana para valorizar a pessoa com deficiência

Plenário abre amanhã evento organizado para aumentar a acessibilidade e valorizar as pessoas que superam desafios diários. **2**

Cartaz anuncia 6ª Semana para garantir a inclusão cada vez maior de pessoa com deficiência

6ª Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência começa amanhã e termina na quinta-feira, com fóruns, exposição de arte, *shows* e desfile de moda inclusiva

Senado promove semana de valorização do deficiente

Recurso de Cunha Lima vai ao STF

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) recurso extraordinário apresentado pelo ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima (PSDB) contra a cassação do registro de sua candidatura ao Senado nas eleições de outubro. Agora, caberá ao Supremo decidir se concede ou não o registro.

Com base na Lei da Ficha Limpa, o TSE decidiu que o ex-governador – que terminou em primeiro lugar nas eleições, com mais de 1 milhão de votos – não poderia ser candidato, por ter sido condenado por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições para o governo do estado em 2006.

Cunha Lima interpôs recurso alegando que a Ficha Lima não se aplicaria às eleições deste ano. O político argumentou que a decisão colegiada do TSE teria ofendido os princípios da segurança jurídica, da irretroatividade da lei e da presunção de inocência.

O presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, destacou que o legislador, ao criar e aprovar a Lei da Ficha Limpa, “buscou proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, bem como a normalidade e a legitimidade das eleições”.

O PLENÁRIO ABRIRÁ amanhã, às 14h, a 6ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, que vai até quinta-feira. A ideia partiu do senador Flávio Arns (PSDB-PR) para estimular debates e ações para inclusão de pessoas com deficiência, e faz parte do programa Senado Inclusivo, em parceria com outras entidades.

Neste ano, a semana terá exposição de arte, desfile de moda inclusiva, *shows*, lançamentos de livros, palestras e fóruns sobre inserção social, conforme programação divulgada pela Secretaria de Relações Públicas.

Segundo dados do censo realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, seja desde o nascimento ou adquirida ao longo da vida. Os dados totalizam 14,5% da população brasileira.

– Atividades comuns como visitar o museu, ir ao cinema, pegar o ônibus, ler um livro, nas quais acreditamos não haver dificuldade, tornam-se difíceis e constrangedoras quando não adaptadas à realidade de pessoas com limitações físicas – diz Mônica de Araújo, coordenadora do programa Senado Inclusivo.

Aula em casa para quem não consegue ir à escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deverá votar amanhã, a partir das 11h, projeto do senador Augusto Botelho (sem partido-RR) que assegura o acesso escolar ao estudante com deficiência que o impeça de frequentar a escola.

De acordo com a proposta (PLS 22/10), o aluno que for impossibilitado de frequentar o estabelecimento de ensino poderá ter educação formal fora da escola. Para isso, o projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para prever essa hipótese.

Os estudantes impedidos de se locomover até a escola também poderão estudar via internet ou outros recursos de educação a distância, de acordo com emenda apresentada pelo relator na CE, Flávio Arns (PSDB-PR).



Flávio Arns sugeriu realização da semana para estimular debates sobre o tema



Luciano Ambrósio é conduzido pelo seu cão-guia até o gabinete de trabalho no Senado

Concurso de fotografia do Senado Verde

Foram divulgados os vencedores do 2º Concurso de Fotografia do Legislativo Federal, promovido pelo programa Senado Verde, que introduz práticas ambientais nas rotinas administrativas da Casa. O concurso foi organizado em três categorias (mérito, plástica e montagem) e concede prêmios, oferecidos pelo Sindicato dos Servidores do Legislativo, de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil aos primeiros colocados. Confira os vencedores no site do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Pronunciamentos e comunicações

14h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, sem a votação de projetos, e destina-se a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

Terça-feira

CRA Atividades da Embrapa

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai debater as atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior. Um dos convidados é o diretor-presidente da empresa, Pedro Arraes.

CAE Indicação de Tombini para presidência do BC

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa a indicação de Alexandre Antonio Tombini para presidente do Banco Central. Ainda na pauta, concessão de incentivos a empresas que contratarem trabalhadores com mais de 50 anos.

CE Prática de esporte para prevenir violência

11h A criação de programa de incentivo à prática desportiva para prevenção da violência e do uso de drogas é um dos itens da pauta da Comissão de Educação. Outro projeto institui crédito educativo para aluno de pós-graduação.

CMA Cadastro geral de obras inacabadas

11h30 O projeto que cria cadastro geral de obras inacabadas e o que obriga a venda pela internet de meia-entrada para espetáculos culturais estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Evento Valorização da pessoa com deficiência

14h Abertura da 6ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência no início da sessão plenária.

CMO Relatórios setoriais

14h Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para votação de relatórios setoriais.

Audiência conjunta TV por assinatura

14h30 Uma audiência pública conjunta de cinco comissões – CCJ, CCT, CE, CMA e CAE – vai debater o projeto que regulamenta o serviço de TVs por assinatura.

Quarta-feira

CCT Aviso contra drogas

8h30 Projeto que torna obrigatória a inclusão, nas páginas da internet, de mensagens que alertam para os danos causados pelas drogas está entre os itens da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia.

CCJ Financiamento do trem-bala

10h As comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos ouvem o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, sobre financiamento para a construção do trem-bala entre o Rio de Janeiro e Campinas (SP).

Quinta-feira

CCJ Restrição à propaganda comercial

10h A comissão debate proposta que restringe a propaganda de alimentos e bebidas. Entre os convidados, os presidentes da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, e da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, Edmundo Klotz.

Congresso Dia do Marinheiro

10h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário da Câmara, para comemorar o Dia do Marinheiro.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Alfredo Cotait • Neuto De Conto • Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Senadora celebra verbas do pré-sal para educação

A aprovação pela Câmara, na quarta-feira passada, de proposta que destina metade dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação foi comemorada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO). Uma das autoras da emenda aprovada, a senadora afirmou que muitos gestores têm a falsa ideia de que a educação já tem muito dinheiro.

– Se estivermos falando da educação que finge que ensina e do aluno que finge que aprende, eu diria que nós realmente temos muito dinheiro. Mas nós estamos falando da educação que deve qualificar, que deve formar, que deve capacitar as pessoas para o exercício da cidadania plena. Para esta educação, nós precisamos ainda de muito dinheiro – assinalou Fátima Cleide.

A parlamentar destacou o crescimento do volume de recursos investidos na educação durante



J. Freitas/Senado Federal

Fátima Cleide: educação de qualidade ainda precisa de muitos recursos

o governo Lula. Segundo ela, a média de recursos do orçamento da área, em governos anteriores, ficava em torno de R\$ 20 bilhões, contra quase R\$ 70 bilhões do orçamento atual.

– No entanto, segundo estudos de cientistas da educação, ainda precisamos de mais R\$ 120 bilhões para fazer a educação de qualidade, a educação integral, com a qual tanto sonhamos para combater, principalmente, a violência que assola as grandes cidades brasileiras – afirmou Fátima Cleide.

Neuto defende eleições diretas para o Parlasul

O senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ressaltou a importância de realização de eleições para a escolha da bancada brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Conforme lembrou, foi aprovado em outubro o critério de representação cidadã para composição do parlamento, restando agora ao país definir as regras para o pleito e realizar eleições para escolha de seus representantes.

– A eleição será exclusiva, não poderá ser acumulativa com parlamentos nacionais, em nenhum dos países. Os parlamentares terão que ser eleitos. O Paraguai já fez a sua eleição. Uruguai, Argentina e Brasil deverão fazê-la tão logo possível – disse, ao informar que o Brasil poderá fazer essa eleição em 2012, juntamente com as eleições para prefeitos.

Além do processo eleitoral, o



Cícero Gallo/Senado Federal

Senador é favorável à unificação de currículos universitários no Mercosul

senador destacou outras questões relevantes em discussão no Parlasul, como a que unifica os currículos universitários nos países integrantes do Mercosul. Com a medida, disse o senador, não haverá restrição para atuação profissional dentro do bloco.

– Sou um lutador pela causa da unificação, pela eleição e para que tenhamos um bloco forte para representar os nossos países perante a Humanidade e perante todos nós – disse Neuto De Conto.

Mão Santa pede reforma política contra corrupção

Mão Santa (PSC-PI) defendeu a necessidade de reforma política para pôr fim a práticas como venda de votos e de apoio político partidário, sobretudo em pequenos partidos. Após analisar o que ocorreu no Piauí em outubro, o parlamentar afirmou em Plenário que “as últimas eleições foram a maior corrupção da história do Brasil e do mundo”.

A reforma política não é votada, em sua opinião, porque há integrantes do Congresso Nacional que se valem dessas práticas corruptas de compra de eleitores e de candidatos.

Mão Santa defendeu também a instituição do voto distrital para que o eleitor possa conhecer melhor seus candidatos. Ele fez críticas ainda à chamada “indústria de liminar” que, conforme ressaltou, instalou-se no país para cassação de mandatos pela



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mão Santa também quer aprovação do piso salarial nacional para as polícias

ação de inimigos políticos.

No mesmo discurso, Mão Santa defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 41/08, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que fixa o piso salarial para as polícias. A proposta espera decisão da Câmara dos Deputados há um ano. O senador também pediu a aprovação do PLS 140/09, que fixa um piso salarial de R\$ 7 mil para médicos. Mão Santa classificou como “vergonhosa” a remuneração recebida por esses profissionais.

Plenário já pode votar fundo contra a violência

Apresentada em 2007 por Antonio Carlos Magalhães, a proposta estabelece que o Fundo de Combate à Violência contará com recursos de no mínimo R\$ 3 bilhões

A TRAMITAÇÃO DA proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade está avançada no Senado. Falta votá-la em primeiro turno e abrir o segundo turno de discussão e votação pelo Plenário. Em entrevista nesta semana, o presidente José Sarney anunciou que o Senado deve votar a PEC ainda nesta legislatura.

O Fundo de Combate à Violência, de acordo com a proposta (PEC 5/07) apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, falecido, deverá vigorar até 2020 e terá um conselho consultivo de acompanhamento que contará com representantes da sociedade.

O fundo desenvolverá ações preventivas e investigativas que garantam níveis mínimos de segurança, destinando recursos ao apoio emergencial e permanente às vítimas da violência e aos agentes públicos envolvidos no combate à criminalidade e na defesa da sociedade.

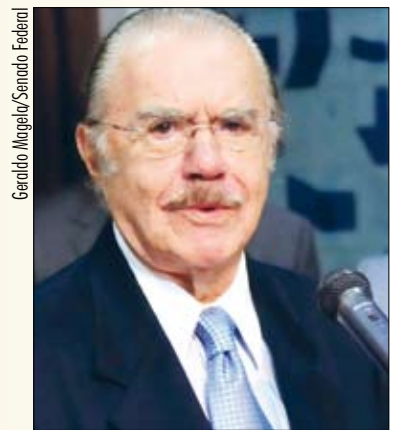
Recursos

Para manutenção anual do fundo, serão destinados recursos nunca inferiores a R\$ 3 bilhões. Como principal fonte de financiamento, o fundo terá, no mínimo, 2,5% da arrecadação da Contribuição para

Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Também serão destinados ao fundo 75% dos bens, produtos e valores decorrentes da prática dos crimes de contrabando de armas, lavagem de dinheiro e tráfico ilícito de drogas quando recebidos pela União em decorrência de sentença condenatória. Outras fontes de financiamento são dotações orçamentárias, doações e receitas da alienação de bens da União. A aplicação das verbas terá de acontecer de forma regionalizada.

A PEC original destinava ao fundo 5% da arrecadação da receita do Imposto de Renda. Contudo, o parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elaborado pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO), alterou a principal fonte de recursos. A substituição do IR pela Cofins evita perdas de recursos para os estados, o Distrito Federal e os municípios, já que este imposto é base de cálculo para os fundos constitucionais.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios também deverão criar fundos de combate à violência para vigorar até 2020. Para o financiamento das ações, poderão ser criados adicionais de impostos sobre produtos e



Gerardo Magalhães/Senado Federal



Márcio Kolumbe/Senado Federal

José Sarney (no alto) anunciou que a PEC, relatada por Demóstenes Torres, pode ser votada neste ano

serviços supérfluos, limitando-se, no âmbito estadual, a até 2% na alíquota do ICMS e, na esfera municipal, a até 0,5% na alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS).



Marcello Casal Jr/ABr

Exército e polícia militar escoltam jornalistas no Complexo do Alemão: PEC vincula recursos para combater criminalidade

Mozarildo quer atenção com faixa de fronteiras

Investir no estreitamento das relações com os países que fazem fronteira com o Brasil é, na opinião de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o melhor caminho para proteger o país e combater o contrabando de drogas e armas. Ele fez a afirmação na sexta-feira, em Plenário, ao apresentar resultados parciais de audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Para o senador, é importante povoar as áreas

fronteiriças e estimular o comércio com os países vizinhos.

– Investir nas relações com os países da América do Sul, estreitando os laços comerciais e de amizade, faz mais pela defesa do nosso território do que investimentos militares – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti

Adelmir teme migração de traficantes para o DF

Preocupado com a possibilidade de traficantes expulsos de favelas do Rio de Janeiro transferirem suas operações para o Distrito Federal, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) reivindicou na sexta-feira em Plenário ações articuladas entre os governos do DF, de Minas Gerais e de Goiás (estados limítrofes) para combater o crime organizado e incentivar a geração de empregos e o desenvolvimento do Entorno de Brasília.

Ele observou que, segundo o Ministério da Justiça, que analisa a interiorização da violência no Brasil, a região do DF é uma das mais violentas do país.

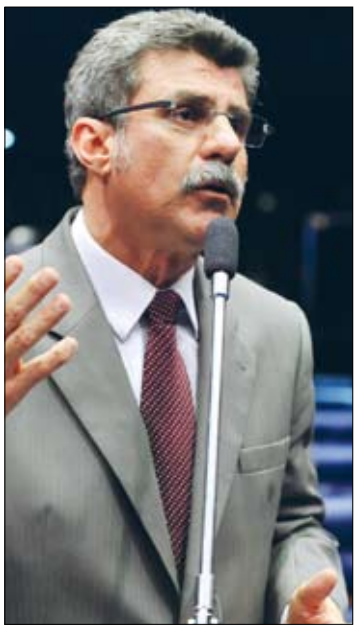
– Será que não virão para cá alguns dos traficantes foragidos do Rio de Janeiro? – indagou.



José Cruz/Senado Federal

Adelmir Santana

Mensagem presidencial de Lula, submetendo ao Senado a escolha de Alexandre Tombini para chefiar Banco Central, foi lida em Plenário na sexta-feira



Genaro Magalhães/Senado Federal



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABR

Romero Jucá (E) anunciou para amanhã análise do nome de Alexandre Tombini (D, com Guido Mantega) para presidir o BC

Indicação de Tombini para o BC deve ser votada amanhã

A MENSAGEM DO presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a indicação de Alexandre Tombini para o cargo de presidente do Banco Central foi lida em Plenário na sexta-feira. Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BC desde 1996, ele foi escolhido pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para substituir Henrique Meirelles.

O atual presidente do BC foi aprovado para o cargo ainda no final do governo Fernando Henrique, que encaminhou a mensagem com sua indicação

depois de entendimentos com Lula, no período de transição.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), havia anunciado na quinta-feira que a votação da mensagem (MSF 312/10), em Plenário, está programada para amanhã. No mesmo dia, pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve sabatar o indicado.

Tombini tem 47 anos e é gaúcho de Porto Alegre. Funcionário de carreira do BC, ocupou, entre outras funções, o cargo de diretor de Estudos Especiais e a chefia do Departamento de

Estudos e Pesquisas. Já passou também por outros órgãos do Executivo, como os ministérios do Planejamento e da Fazenda, coordenando áreas de análise de conjuntura internacional.

O indicado também atuou, entre 2001 e 2006, como assessor sênior da Diretoria Executiva no escritório da representação brasileira junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Economista formado pela Universidade de Brasília (UnB), é Ph.D na mesma área, pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos.

Plenário vota MP que criou nova chefia militar

O primeiro item da pauta da sessão plenária de amanhã é a Medida Provisória (MP) 499/10, que criou o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com remuneração de R\$ 11.431,88, por meio da transformação de 61 funções comissionadas técnicas de menor remuneração. A MP, que também criou outros dois cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS-6) para a pasta da Defesa, tranca a pauta do Plenário e tem prioridade de votação sobre as demais matérias.

A transformação dos cargos, conforme os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e do Planejamento, Paulo Bernardo, possibilitou compensação orçamentária e não causou impactos financeiros.

O cargo de chefe do Estado-Maior é previsto na Lei Complementar 136/10, que reformulou as atribuições do Ministério da Defesa. O Estado-Maior conjunto, que dá assessoramento permanente à pasta, foi criado para integrar de forma mais eficiente as ações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Os dois cargos de DAS-6 criados serão ocupados para comandar duas novas secretarias vinculadas ao Estado-Maior: a de Produtos de Defesa e a de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Cinco comissões debatem TV por assinatura

Cinco comissões permanentes (CCT, CCJ, CMA, CAE e CE) reúnem-se amanhã, a partir das 14h30, para debater o projeto de lei da Câmara (PLC 116/10) que regulamenta o serviço de TV por assinatura por meio de qualquer meio eletrônico, estendendo a possibilidade de atuação no setor às companhias telefônicas.

Foram confirmadas as presenças, entre outras, do presidente da operadora Sky, Luiz Eduardo Baptista Rocha; do diretor-executivo da Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura, Carlos Alkimim; dos presidentes da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Amilcare Dallo Junior; da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Emanuel Soares Carneiro; da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV), Marco Altberg; da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; e da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual, Jorge Moreno; e da diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva.

Mais 500 vagas de médicos peritos na pauta da CCJ

A criação de 500 cargos para a carreira de perito médico previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve ser analisada na reunião de quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O Projeto de lei (PLC 178/10) do Poder Executivo, que propõe ainda a criação de outros 624 cargos em comissão e funções de confiança para o órgão, será depois votado em Plenário.

O impacto previsto para criação dos 624 cargos de livre provimento é de R\$ 10 milhões por ano, já incluindo a gratificação natalina, férias e encargos. Quanto aos cargos de perito médico previdenciário, não há ainda previsão dos gastos.

Relator do projeto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) observa que a criação dos cargos em livre provimento "é fundamental para ampliar a cobertura do INSS e assegurar melhor atendimento aos cidadãos que necessitam dos importantes serviços disponibilizados pela autarquia".

Quanto aos cargos de perito médico, Jucá afirma que a medida é importante "não apenas para assegurar o adequado atendimento da população, como para o controle das fraudes e das despesas com a aposentadoria por invalidez e com o auxílio-doença", argumenta Jucá.

Simon pede compromisso de Dilma com quatro reformas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) avaliou na sexta-feira como positivo o fato de o presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, trabalharem juntos na definição da futura equipe ministerial, assim como no aproveitamento de nomes do grupo atual.

Ao observar que esse fato dá margem a diversas interpretações, Simon disse que o "diálogo e a intimidade" entre eles favorecem a transição de governo que, como destacou, poderá ser a mais tranquila da história do país.

– Eu não vejo muito milagre no que a Dilma poderia fazer com relação a trazer ministros de fora. Ela está há oito anos no governo do Lula com uma equipe em que muitos se revelaram altamente positivos e com os quais ela conviveu. Como ela inventaria nomes novos? – questionou.

Como o ministério será mais "Lula do que Dilma", avaliou Simon, a futura presidente terá

de revelar a personalidade de seu governo pelo que irá fazer. Ele sugeriu que Dilma começará bem se tiver coragem de fazer "o que todo presidente e todo mundo diz que tem de ser feito, ou vai ser feito, mas não fizeram" – referindo-se às reformas política, partidária, eleitoral e tributária.

– O Lula, agora, quando está se despedindo, diz que entrega o governo e no dia 1º de janeiro vai iniciar a caminhada pela reforma política, eleitoral, partidária e tributária. Uma bela ideia, uma bela disposição, mas com oito anos de atraso – criticou.

Para Simon, a reforma eleitoral é "absolutamente necessária", já que, nas condições atuais, um deputado tem de "gastar um mar de dinheiro para comprar a eleição", sem que a Justiça Eleitoral possa fazer qualquer fiscalização.

Quanto à reforma partidária, o senador defende a criação de cláusula de barreira. Assim, acredita,

seria possível afastar da vida político-partidária agremiações sem densidade que vendem espaço de propaganda política na TV para arrecadar recursos e alimentar as campanhas de seus candidatos.



José Cruz/Senado Federal

Simon avalia que o ministério será mais "Lula do que Dilma", mas não vê problemas nisso

Sugestões da equipe de transição ao Orçamento

A proposta de Orçamento da União para 2011 deve começar a receber nesta semana sugestões da equipe de transição da presidente eleita, Dilma Rousseff. O relator-geral da proposta (PLN 59/10), senador Gim Argello (PTB-DF), informou à Agência Senado que deve se encontrar na quarta-feira com o deputado Antonio Palocci (PT-SP), um dos coordenadores da equipe de Dilma.

A reunião, que deve ter a participação do atual ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, significa a adoção de uma prática inédita: a participação formal da equipe de transição do governo eleito na análise do Orçamento.

Por sugestão do deputado Gilmar Machado (PT-MG), Gim Argello incluiu no relatório preliminar aprovado pela Comissão Mista Orçamento (CMO) a possibilidade de acolher, nas alterações das programações orçamentárias, "políticas públicas formalmente solicitadas pela equipe de transição do governo eleito".

Na sexta-feira, Gim receberia os relatórios setoriais sobre as dez grandes áreas do Orçamento: infraestrutura; saúde; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; planejamento e desenvolvimento urbano; fazenda, desenvolvimento e turismo; justiça e defesa; poderes do Estado e representação; agricultura e desenvolvimento agrário; trabalho, previdência e assistência social.

Entre amanhã e quarta-feira, a CMO poderá votar os relatórios setoriais, a fim de permitir a Gim Argello o fechamento de sua proposta para o Orçamento do próximo ano. A votação pelo Plenário do Congresso Nacional está prevista para o dia 22.

O trabalho dos relatores setoriais e do relator-geral tem uma série de limitações. Um terço da receita de R\$ 2,048 trilhões, prevista para a União em 2011, está comprometido com a rolagem da dívida pública, que fica com R\$ 678,5 bilhões.